



Aprovada p/ maioria
e/ 1 Abstenção
(uns castanhos)

em 29/09/2011

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3/2011

Sessão realizada em 27 de Junho de 2011

ACTA N.º 3/2011

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e onze, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís Ventura Gavinhos e secretariada pela Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e pelo Senhor Aires Patrício.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: António Eduardo Saraiva que justificou atempadamente a sua falta e foi substituído pelo Senhor João Couto Gonçalves. Faltaram também os Senhores Vítor Ângelo Martins, José Anacleto, Rogério Hilário, Jean Barroca que apresentaram justificação. Faltaram ainda os membros Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, João Cruz Taborda, Luís Castanheira, Maria Alice Cardoso, Joana Bento, Esmeralda Luzia Tavares, José Filipe Gonçalves, Helga Capelo, Júlio Correia, Filipe Gonçalves e Carlos Jerónimo que não apresentaram qualquer justificação. Os Presidentes de Junta de Castelo Novo e Soalheira foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao executivo municipal faltou o Senhor Presidente, Senhora Vereadora Alcina Cerdeira e Senhor Vereador Augusto Leal Salvado.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

O Senhor Presidente da Mesa em Exercício cumprimentou os presentes e justificou a ausência do Senhor Presidente da Mesa que, por motivos profissionais, não podia estar presente. Solicitou ao Membro Aires Patrício que ocupasse o lugar em falta na Mesa, o que foi aceite de imediato. De seguida chamou a atenção dos membros da AM para o facto de haver legislação que não permite aos membros na AM na situação de reformados por trabalho prestado na Função Pública receber senhas de presença nas sessões. Comprometeu-se a verificar melhor a situação da possível incompatibilidade entre o recebimento das prestações de reforma e a remuneração das senhas de presença. De seguida colocou a votação a acta nº 2/2011 que foi aprovada por maioria com 1 abstenção do Membro Bruno Ramos, por não ter estado presente.

Período de Antes da Ordem do Dia

Abel Rodrigues – Cumprimentou os presentes e endereçou os votos de parabéns do PS à Rádio Cova da Beira pelos seus 25 anos em prol da região, onde desempenha um papel relevante. Deu também os parabéns ao PSD pela vitória nas eleições legislativas realizada recentemente, desejando em nome do PS o excelente mandato que o País precisa. Disse também que espera que a partir de agora a Câmara Municipal do Fundão deixe de se desculpar com o Governo naquilo que corresse menos bem.

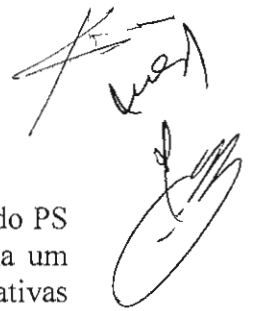
Aires Patrício – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta constituindo o Anexo 1.

Henrique Dias – Apresentou, em nome do PSD, os parabéns à RCB pelos seus 25 anos, considerando-a uma voz de referência da região. A RCB foi fruto da vontade de uns quantos e tornou-se num espaço de liberdade criativa e de informação séria. Quanto às eleições legislativas disse ter-se aberto um espaço de esperança, liberdade e aspiração. No País e no concelho os cidadãos decidiram, inequivocamente que queriam mudar, o PSD venceu no País e também no concelho do Fundão onde não vencia legislativas há mais de 20 anos. Deu também os parabéns ao Deputado Carlos São Martinho Gomes que foi reeleito, fazendo votos para que continue a defender as causas do nosso distrito, de forma séria, como sempre fez. Os resultados eleitorais traduzem uma vontade de mudança e significam que a política do anterior Governo era errada. Foi uma vitória daqueles que não se conformam que o País e fundamentalmente a região, estejam condenados. O PS faz bem em esquecer os últimos tempos mas espera também que todos trabalhem em conjunto para que definitivamente este País mude. A crise é grave, as dificuldades vão continuar, mais sacrifícios vão ser pedidos aos Portugueses, mas espera que exista sentido de Estado, já que só uma ampla maioria, uma envolvência de todos os partidos, conseguirá resolver os nossos problemas. Estamos num tempo em que é necessário um esforço acrescido no intuito de elevar e honrar o nome de Portugal e a sua história.

Luís Lourenço – Deu os parabéns à RCB enaltecendo o magnífico trabalho realizado em prol da região. De seguida fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente acta constituindo o Anexo 2.

Marco Marques – Cumprimentou os presentes e lamenta a tentativa que diz existir em acabar com o transporte público para pessoas em algumas freguesias do concelho, incluindo a sua, impedindo-as por exemplo de ir ao médico ou á escola. Principalmente no Verão e baseados em perspectivas economicistas, corta-se o transporte, o que não pode ser aceite, numa época em que se defende a fixação dos jovens nas nossas aldeias e a existência de algumas infra-estruturas. Solicitou a intervenção do Município neste processo, no sentido de minimizar o problema. Exemplificou ainda que ele próprio já teve de dar boleia a alguns alunos da sua freguesia, porque naquele dia já não tinham forma de voltar para casa, depois das aulas.

Carlos São Martinho Gomes – Agradeceu as palavras simpáticas que lhe foram dirigidas e os votos de sucesso político em prol do País e da nossa região em particular. Reconhece o papel importante que tem pela frente, suportando uma maioria de Governo, do qual espera uma maior sensibilidade na resolução dos problemas colectivos, num tempo em que não nos devemos desculpar com os outros mas sim,



optar por um caminho colectivo, tentando todos rapidamente ultrapassar as dificuldades, de forma inconformista na resolução dos problemas. Relativamente a esta sessão a CDU fez uma intervenção sem surpresas que não vai contribuir em nada para a solução, mas acentuar as dificuldades. Espera que o povo Português continue a dar algumas lições, com a consciência que não é com arruaças que os problemas se resolvem. Relativamente aos poucos pontos na ordem de trabalhos disse, que desde que se lembra, nos meses de Junho e Setembro as sessões da AM têm ordens de trabalho com poucos pontos, já que principalmente questões de ordem legislativa levam a que as outras sessões tenham outro tipo de agenda, mais extensa. Deu também conhecimento que, se existe algum plano que foi discutido até à exaustão foi o Plano REFER. Fizeram-se apresentações e discussões públicas, até acusaram a Câmara de excesso de apresentações, considerando as sessões de populistas. Pode no entanto este plano ter um ou outro ponto que nos desagrade, como as mencionadas passagens pedonais, que foram alvo por parte da Câmara de tentativas de alteração, que não foram conseguidas por questões económicas. A CDU deve apresentar perspectivas construtivas sobre as questões que levanta e não estar permanentemente a prometer lutas desnecessárias, nos tempos que correm.

Jorge Santos – Começou por falar da EN 235, que tem muitos problemas de urgente resolução, nomeadamente a não existência de bermas que não são limpas, o que origina a que os utentes tenham de circular na estrada, com todas as questões de segurança que daí resultam. Considerou também que era hora de algumas das obras prometidas começarem a ver-se no terreno. Deu os parabéns à Câmara pelo facto de, finalmente, se terem iniciado as obras do saneamento básico em algumas Anexas da sua freguesia. Perguntou se aquela obra contempla as Anexas Cortiçada, Monte Leal e Póvoa Palhaça e qual o seu prazo de execução. Relativamente aos transportes públicos para a sua freguesia, informou que se chegou a acordo onde foi possível através de várias negociações com a Rodoviária e Câmara Municipal, restando ainda situações a resolver.

Nuno Miguel Henriques – Começou por deixar uma palavra de reconhecimento pelo trabalho plural realizado pela RCB ao longo dos últimos 25 anos, enaltecendo o papel importante que desempenha na região. Deu também os parabéns ao Deputado Carlos São Martinho Gomes desejando-lhe que continue a defender o País e a região, como tem feito. Fez também um apelo ao consumo de produtos nacionais e locais, como forma de estimular a nossa economia nestes momentos difíceis. Os municípios e as freguesias devem também incentivar as pessoas a consumir o que é produzido em Portugal. Perguntou de seguida como está a criação do Conselho Municipal de Cultura uma vez que o tempo passa e nada é dito ou feito sobre este assunto. Existe uma proposta por si formulada e entregue na Assembleia Municipal, que até à data não foi alvo de qualquer apreciação. É de opinião que as sessões da Assembleia Municipal deviam ser descentralizadas, nomeadamente pelas freguesias e que com as facilidades tecnológicas actuais podiam ser transmitidas através da Internet, para que qualquer pessoa interessada as pudesse ouvir em qualquer parte do mundo, contribuindo assim para o seu esclarecimento.

Luís Lourenço – Verificou que o Membro Carlos São Martinho fez duas intervenções, uma como Deputado da Nação e outra como Membro da Assembleia Municipal. Como Deputado acha que se tratou de uma intervenção política mais de âmbito partidário, que rejeita liminarmente relativamente à CDU, já que se trata de um partido que luta pela justiça em Portugal, desde há dezenas de anos, sempre numa perspectiva construtiva. O

PSD pode ter as opiniões que quiser, mas não correspondem ao papel que a CDU desempenha na política Portuguesa. Como Membro da AM as questões já são diferentes, uma vez que ele próprio sempre participou activamente nas questões de forma construtiva, em representação da CDU. Honra-se de sempre ter colaborado e feito intervenções no que achou importante, com sugestões para a resolução dos problemas. Essa foi também, em toda a linha, o sentido da sua intervenção inicial. Como membro da AM não teve qualquer informação sobre o debate ocorrido relativo às obras da REFER e esta AM não as discutiu. Sugeriu que para além dos habituais convites e determinada informação que enviam, também assuntos como este deviam ser remetidos, para antecipadamente poderem ser estudados e alvo de outro tipo de considerações.

Catarina Gavinhos – Deu os parabéns ao Membro Carlos São Martinho pela sua eleição, mas disse esperar que o governo PSD não siga o exemplo das palavras proferidas na sua intervenção, senão, lá se ia a esperança. Considerou que o Membro Luís Lourenço apenas chamou a atenção para alguns factos e não prometeu luta nenhuma. No entanto essa luta vai acabar por existir porque o programa de Governo é o programa da Troika, cujo protesto por parte da CDU é sobejamente conhecido. A dívida devia ser renegociada, como forma de solução de muitos problemas.

Carlos S. Martinho Gomes – Reiterou que no início da sua intervenção, o membro Luís Lourenço afirmou que não vinha aqui dar os parabéns mas anunciar a luta que iriam ter na rua. Quanto à renegociação da dívida que tanto fala a CDU, fica sempre bem a uma entidade ou pessoa de bem pagar as suas dívidas, tal como as acordou. A renegociação da dívida da CDU é tão simples como dizer isto; “nós vamos pagar metade da dívida que temos”. Quem pede dinheiro a alguém deve assumir as suas responsabilidades e 85% da população portuguesa revê-se nesta postura.

Aires Patrício – Disse ter assistido aqui a um debate entre pessoas que têm as mesmas preocupações e que, para bem deste País, gostava que opiniões tão válidas como as dos Membros Carlos São Martinho e Luís Lourenço fossem aproveitadas. Por não o ter feito na sua intervenção anterior, deu os parabéns ao membro Carlos São Martinho pela sua reeleição como Deputado e à RCB pelos 25 anos de trabalho em prol da nossa região.

Presidente da Mesa – Informou o Membro Nuno Miguel Henriques que neste momento a Assembleia Municipal não tem meios técnicos que lhe permitam transmitir on-line as sessões. Quanto aos assuntos que merecem uma discussão pública deverão as bancadas com assento nesta AM propor que a Câmara, nos assuntos da sua competência, remeta à Assembleia todos os documentos que mereçam apreciação. De seguida deu os parabéns à RCB pelos seus 25 anos de grande trabalho, cumprindo todos os objectivos a que se propuseram. A RCB foi uma benesse para a região, um veículo de notícia, opinião, competência e rigor, que chega a todos. Felicitou igualmente o Membro Carlos São Martinho Gomes pela sua reeleição como Deputado. Finalmente informou que não ia aceitar o documento apresentado pelo Membro Nuno Miguel Henriques sobre a descentralização das sessões e transmissões on-line.

Luís Lourenço – Perguntou se a proposta agora rejeitada pela Mesa iria ser discutida posteriormente ou se era uma mera recomendação, já que a possível descentralização das sessões é uma competência da Assembleia Municipal. Sobre a possível transmissão das sessões acha também que deve existir uma deliberação da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa – Respondeu que se trata de uma recomendação, não entra na matéria das propostas, pelo que de momento não há nada a falar sobre este assunto.

Vice-Presidente – Deu também os parabéns ao PSD pela sua vitória eleitoral e em particular ao Dr. Carlos São Martinho Gomes pela sua reeleição. Igualmente deu os parabéns à RCB pelos seus 25 anos de excelente trabalho. Deu ainda os parabéns aos clubes desportivos pelos seus êxitos, nomeadamente nas áreas do futebol juvenil, futsal e atletismo e em particular ao Clube Académico do Fundão pelos resultados conseguidos e à Associação Desportiva do Fundão pela brilhante participação no Campeonato Nacional da 1ª Divisão de futsal. Frisou a presença do Senhor Presidente da Republica no nosso concelho e a sua disponibilidade para visitar Alcongosta durante a Festa da Cereja, considerando-a uma acção extraordinária com muita importância para o concelho e para a promoção da cereja. Ao membro Luís Lourenço respondeu que a discussão pública dos assuntos deve ser sempre uma realidade e a participação formal é sempre bem-vinda. O município tem obrigação de fomentar todo o tipo de informação possível de forma a tornar a discussão mais proveitosa. Informou no entanto que a cidade do Fundão tem os piores resultados ao nível da participação dos cidadãos na discussão dos assuntos e isso ficou bem patente na discussão dos temas relacionados com a Agenda 21, o que nos obriga também a alguma reflexão sobre as causas para essa falta de participação. Relativamente ao Plano REFER ocorreram várias discussões formais e informais e também exposições públicas concretas, durante meses, do conjunto dos projectos. Disse também que em 2002 ou 2003, embora sem certezas absolutas, em sede dos grupos municipais da Assembleia Municipal, chegou a haver uma apresentação do projecto REFER no gabinete do Senhor Presidente da Câmara. Informou também que não gostava nada das passagens pedonais edificadas, a Câmara Municipal tentou, tal como fez para a zona da estação, que as passagens pedonais fossem inferiores, só que os custos eram muito elevados e as questões técnicas também não eram fáceis. Neste momento não se sabe muito bem o que fazer para minimizar o impacto negativo que aquelas estruturas provocam. Relativamente às obras a decorrer estas deviam ter terminado em Junho, mas já foi comunicado o mês de Outubro como novo prazo para finalizar as obras. Têm surgido vários problemas em termos de projecto, nomeadamente ao nível da zona dos túneis. Existe também um problema grave nas obras da circular externa, cuja responsabilidade de execução pertence à Câmara Municipal, mas cujo projecto da responsabilidade da REFER tem erros relacionado com quotas de soleira e terrenos alagados. As passagens desniveladas também têm trazido problemas face à existência de solos graníticos. Quanto aos transportes informou que a Câmara tem lutado para manter os circuitos que sirvam as populações e disse esperar que as novas políticas governamentais venham ajudar a resolver o problema. Corre-se o risco da não existência de transporte para determinados locais do concelho e da região, mas a Câmara Municipal não vai subsidiar transportes que não tenham a ver com transportes escolares e seria economicamente ruinoso ceder a pressões. Respondeu ao membro Jorge Santos que a empreitada engloba as Anexas de Cortiçada, Monte Leal e Póvoa Palhaça, já têm financiamento assegurado e prevê-se a sua conclusão em Março de 2012. Deu ainda conhecimento que a Câmara Municipal já se associou à campanha “compre o que é nosso” desenvolvida pela Associação Empresarial Portuguesa e que vai estar presente na feira internacional de artesanato, onde vai ser orador. A finalizar deu os parabéns ao Departamento de Artes da Escola Secundária do Fundão, pelo excelente trabalho que está a realizar.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

N 2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município

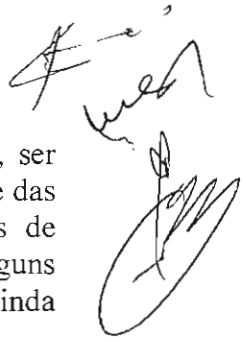
Luís Martins – Agradeceu a gentileza do Sr. Presidente da Republica em visitar a sua freguesia durante a realização da festa da cereja e que foi um enorme orgulho para a sua terra, um momento impar para todos. Deu também os parabéns à RCB pelos seus 25 anos de grande trabalho e ao Dr. Carlos São Martinho pela sua reeleição.

Aires Patrício – Sobre o documento em análise, realçou algumas questões relacionadas com o turismo e agricultura e a sua importância no contexto económico do nosso concelho. Os equipamentos culturais também foram alvo de destaque uma vez que contribuíram para a formação da tal massa crítica. Falou também sobre a recolocação de pavimentos em vários locais uma vez que existem entidades que abrem valas e buracos que não tapam convenientemente. Quanto à EN 18 disse que os problemas são cada vez maiores e mais complexos e têm de ser resolvidos rapidamente, nomeadamente no troço entre Castelo Novo e Alpedrinha. De seguida informou que a anterior Junta de Freguesia de Alpedrinha, no Sítio das Fontainhas, alterou e mudou de local uma fonte ali existente. Depois de contactado o IPPAR, este informou que a responsabilidade dessa questão era da Câmara Municipal, pelo que chamava a atenção do Executivo para a resolução deste problema. Quanto à “fonte das peles”, também na freguesia de Alpedrinha, a mesma Junta de Freguesia soterrou e tapou a fonte, o que também deve ser resolvido. Quanto aos Chocalhos chama antecipadamente a atenção para os horários de funcionamento daquele festa e a limpeza de toda a área. Finalmente deu conhecimento que entregou ao Senhor Presidente da Câmara um documento elaborado por vários municípios dando conta de várias preocupações que espera ver resolvidas.

Rosa Moreira – Considerou o documento incoerente já que mistura metodologias de trabalho com outros elementos. De seguida afirmou que a cidade do Fundão não tem qualquer tipo de personalidade, não tem rosto e não é cuidada. Não é uma cidade simpática tanto para quem a visita como para quem aqui vive. É descuidada porque tem passeios deteriorados, área verdes sem manutenção, com situações de vários meses sem qualquer tipo de trabalho ou limpeza. Significa que é uma cidade que não tem quem olhe por ela. Existem infra-estruturas mas o rosto da cidade não existe, o que é lamentável. Não apetece visitar o Fundão ou caminhar pelas suas ruas, não é agradável no Inverno e também não o é no Verão. Não é agradável sair com os filhos porque no Fundão não existe um espaço aprazível onde se possa passear e brincar com as crianças. O Fundão é feio e pouco simpático o que lamenta, já que tem potencialidades e podia ser diferente ou igual a outras cidades, algumas muito próximas.

Marco Marques – Disse ter ficado admirado com a intervenção anterior, uma vez que lhe pareceu que está tudo mal no Fundão. No entanto a Membro Rosa Moreira devia ter aproveitado para propor alguma coisa que melhorasse o que diz estar mal. O Fundão não é só a cidade mas também as suas 31 belas freguesias, património, cultura e paisagem. O trabalho da Câmara não se resume a zero como quis fazer crer e os eleitores têm reconhecido, através do voto, o esforço desta Câmara para melhorar a suas vidas. Deviam ter sido apresentadas propostas mas essencialmente devia ter-se

informado melhor do trabalho que está a ser desenvolvido para, nomeadamente, ser implementado o jardim da cidade, a recuperação da zona histórica (zonas do parque das tílias, chafariz oito bicas, Largo da Estação etc.) A substituição de condutas de abastecimento de água e esgotos antigas tem sido uma realidade que vai minorar alguns problemas. O Programa POLLIS aprovado vai mudar o coração do Fundão, há ainda questões a resolver, mas tem sido feito um grande esforço para encontrar soluções.



Luís Lourenço – Disse que o documento devia ser melhor trabalhado, através de uma contextualização da informação, que de momento não existe, onde fossem salientados os pontos fundamentais do que está ser feito e as dificuldades existentes. O que temos neste momento é uma listagem incoerente e repetitiva e deu exemplos. Não existe uniformidade no documento pelo que é uma questão que deve ser melhorada. Sobre o que já foi dito neste ponto da ordem de trabalhos foi de opinião que se deviam sentar as diferentes forças políticas que se interessam pelo desenvolvimento da nossa terra, para em conjunto encontrarem a melhor estratégia e filosofia para esta cidade e concelho, já que lhe parece existirem aspectos em que não se sabe muito bem para onde se quer ir. Uns têm umas ideias, outros têm outras, pelo que se torna necessário discuti-las e essencialmente saber onde está o Fundão e qual o caminho que pretende seguir.

Abel Rodrigues – Disse que a intervenção política do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Orca não tinha sequer resposta, porque estamos num ponto da ordem de trabalhos em que o Senhor Presidente da Mesa não devia ter permitido que um Membro venha responder a outro, uma vez que este período da ordem de trabalhos serve para questionar a Câmara Municipal e obter desta as respostas necessárias. Lamenta assim que o Senhor Presidente da Mesa tenha permitido isso.

Rosa Moreira – Foi de opinião que todas as pessoas que ocupam o lugar de Membros da Assembleia Municipal têm o direito de orientar a sua intervenção da forma que entendem e é um sinal de respeito, que os outros entendam também que o orador tem uma estratégia e o direito de utilizar este período defendendo as suas ideias, utilizando o seu tempo da forma que ache melhor. Aceita críticas à sua intervenção mas não aceita que alguém determine como a direccionar, o que deve ou não dizer. Por outro lado o sentido de estética fica com cada um, mas o seu é aquele. Reafirma o que disse e futuramente poderá pormenorizar o que afirmou. Adiantou no entanto que foram efectuadas obras boas, com o intuito de aumentar o bem-estar dos cidadãos, mas deve existir também o sentido da longevidade e manutenção dessas obras. Exemplificou com a Rua da Cale que foi recentemente intervencionada e já tem diversas lajes quebradas, o que vai requerer uma segunda intervenção, significando isto que o planeamento efectuado para aquela obra não resultou. A área de ajardinamento da Avenida Eugénio de Andrade está muito má e basta um pouco de sentido estético para o confirmar. O ajardinamento da zona pedonal e da rotunda da estrada para Aldeia de Joanes são também um exemplo “de bom gosto”. Disse não ter trazido nada de oculto, nem nada alvo da sua fértil imaginação, mas identificou situações concretas, dentro do seu sentido estético. Mudando de tema foi de opinião que quando um Presidente da Republica escolhe uma região ou localidade para visitar é algo que deve ser enaltecido e reconhecido, sem evidenciar servilismos. O Senhor Presidente da Republica deve estar com o povo, já que topo e base são muitas vezes fruto da nossa imaginação.

Carlos São Martinho Gomes – Respondeu a Abel Rodrigues dizendo que estamos na informação escrita, todas as intervenções são legítimas e não fica bem a ninguém fazer uma reprimenda a alguém que se indigna com a forma baixa com que se classifica a terra onde vive. Ele próprio tem orgulho onde vive e cada terra tem o rosto de quem a habita, o que significa que, se os classificativos da nossa cidade forem os que ouvimos, então os cidadãos devem ficar indignados. Recebemos centenas de pessoas, muitos amigos que aqui vêm pela primeira vez e que consideram o Fundão uma cidade muito agradável. Claro que nem tudo está perfeito e é sempre possível fazer mais e melhor. Se conhecessem a cidade de Lisboa, onde ultimamente passa muito tempo, não imagina o que se diria, já nos tinham “enforcado” na praça pública.

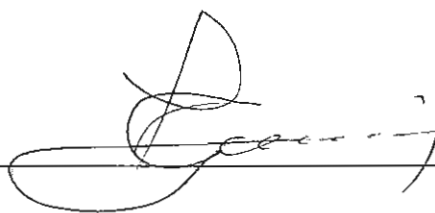
Abel Rodrigues – Disse que não fez qualquer reprimenda e inclusive afirmou que não fazia qualquer comentário às intervenções. Reprimendas dão-se aos filhos e essa não é a sua função aqui. Este púlpito é tão digno para fazer elogios como para efectuar críticas e cada um tem direito à sua opinião. O Membro Carlos São Martinho é que tentou dar uma reprimenda mas deve guardá-las para outro local.

Presidente da Mesa – Disse que o que se passou com as últimas intervenções é que existem membros com uma opinião sobre o Fundão e outros com outra e que não pode nem deve cortar a palavra a ninguém porque todos têm o direito de emitir a sua opinião.

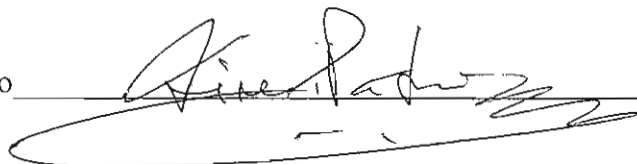
Vice-Presidente – Disse que nesta casa da democracia todas as opiniões são válidas e necessárias, mesmo que discorde delas. Não existe qualquer tipo de subserviência entre o poder local e qualquer órgão de soberania e se os agradecimentos ao Sr. Presidente da Republica foram assim entendidos, isso não corresponde à verdade, porque não é mais do que sabermos e gostarmos de agradecer e dizer “Bem-haja”. Relativamente aos gostos de cada um considerou que há pessoas que gostam da sua terra e outras não. Até há pessoas que gostavam mais do antigamente. Como factor positivo, sente-se que o cidadão do Fundão, felizmente é muito mais exigente em relação a tudo o que se passa na sua cidade, o que o deixa muito contente. Tudo deve estar impecável, os serviços devem ser de excelência, os caminhos, as estradas, as infra-estruturas devem estar todas no seu perfeito uso, pelo que é essa a questão fulcral em toda esta discussão. Não gostou de ouvir “uma voz de fundo” dizendo que se está a trabalhar para uma determinada etnia, porque essas palavras não dignificam este órgão. Ao Membro Aires Patrício disse que a Câmara Municipal tem um programa muito vasto na área do turismo temático da natureza e que quantas mais forem as perspectivas e formas integradoras muito melhor se trabalha. As portagens na A23 e o previsível desvio de tráfego para a EN 18 vão trazer problemas graves, pelo que quer ver quem vai pagar a manutenção das estradas alternativas à A23. Espera que o próximo Governo ajude a minimizar os danos nesse esforço de manutenção das estradas. Relativamente ao património disse que encontrará na Câmara Municipal um parceiro empenhado na sua defesa e espera que todos façam chegar à Câmara Municipal os problemas existentes. Quanto à intervenção de Luís Lourenço, concordou que a informação escrita deve ser melhorada, talvez voltar ao sistema anterior, com um texto de referência. Prometeu que a próxima informação já será diferente. Informou também que foi solicitado à UBI um relatório sobre o Centro Histórico e a qualidade dos materiais colocados, que entre outras coisas concluiu que a forma como foram aplicadas as lajes não foi a mais correcta, o que veio dar mais trunfos à Câmara no diálogo com o empreiteiro para resolver o problema.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, despediu-se dos presentes e deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.30 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal



1º Secretário



2º Secretário

Maria do Carmo Roxo Nogueira



C D S

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

27 DE JUNHO DE 2011

Aires Patrício – DEPUTADO MUNICIPAL

Intervenção no PAOD

Passado que é o quinto dia deste Junho irrepetível, resta-nos um ontem que só longinquamente será interpretável.

Este hoje que, velozmente, se esgota num amanhã que não sei – porque não o sabemos – faz parte de um tempo que o ontem não sabe ler, logo, não o compreende.

Quero acreditar que vivemos uma dinâmica histórica sem precedentes.


Vivemos um tempo de vésperas

Vésperas, já, de toda uma conceptualidade de cuja agonia somos testemunhas.

Isto é: os conceitos económicos, políticos e sociais que têm suportado as políticas que nos trouxeram a este mundo que as nossas vidas habitam, deixaram de ter lugar. E deixaram de ter lugar tão-somente porque nos trouxeram a uma espécie de beco sem saída. Tanto na recente Europa como no mundo em geral.

No saber, no trabalho, nas desigualdades geradas, morre o Homem nos labirintos inventados por teorias que ao Homem não importam.

E, partindo do todo para a parte, regressemos a este pedaço de chão à beira-mar plantado onde a saúde está doente, a justiça injusta, o saber empacotado em diplomas, a segurança insegura, a violência mais violenta, a autoridade autoritária, a alegria triste.



E é nesta sem esperança que, mais uma etapa difícil, penosa, se nos depara.

É chegada a hora de pôr fim à impunidade com que meia dúzia se permite impor a todo um povo.

Impõe-se-nos, enquanto cidadãos livres, constituirmo-nos como massa crítica capaz de exigirmos direitos fundamentais, a par de deveres, igualmente, fundamentais.

Se me permitem a imagem, é caso para se dizer: - Ou é agora ou nunca.

Dos réis ao escudo, do escudo ao euro, do excesso de zelo ao zelo frouxo, esgotámos potencialidades, capacidades que, ou reencontramos...ou mais não nos resta que nos abandonarmos à sorte dos deuses.

Cabe aos cidadãos exigir dos políticos que elegeram.

Cabe aos políticos respeitar a dimensão magnífica que o voto livremente expresso significa em democracia.

Deve, contudo, esta interacção ser inteligente e isentamente veiculada por todos a quem cabe estabelecer a comunicação entre as partes.

Cada vez mais a opinião publicada deverá constituir-se como suporte rigoroso na construção da opinião pública.

Volto ao início da minha intervenção para sublinhar que, a estes, cabe a sublime tarefa de desinteressada e lucidamente divulgar a notícia, a informação que sirva, superiormente, as gentes.

Descomprometida.

Com rigor.

Acreditem que morreu o tempo do fazedor de opinião que, só aos seus conceitos, importa.

Do cenarista cujo espectáculo não frequentamos.

Deixou de ter lugar a procura de lugares para pessoas.



Começou um tempo de procurar as pessoas para os lugares.

É chegado o fim de toda uma vozeria papagueada na petulante pretensão de falar de um devir que ignora a História vivida.

Urge sabermos menosprezar a dualidade de critérios que se consente julgar sem critério.

Urge sabermos opor à verborreia menor do putativo caso, as causas que, verdadeiramente, a todos importam.

Morreu o baile das palavras sem consequência.

Precisamos de pão.

Não precisamos de circo.

Soubemos que 60% dos portugueses vai fazer férias em casa.

Que há mais gente a escrever.

Que há menos gente a ler.

Que temos muitos telemóveis.

Muitas auto-estradas.

Muitas portagens.

Que as gentes mais velhas são muitas.

Que as gentes novas emigram.

Que houve estados de graça.

Que não sabemos se, agora, há ou não direito a estado de graça.

Que o país está endividado.

Que as famílias estão endividadas.

E há os arautos...

Já fomos todos, e, em força, para outras e longínquas paragens.

E agora?

Não há especiarias.

Não há ouro.

E outras coisas mais também não há.

Mas há uma verdade: não vale a pena chorar sobre o leite derramado.

E também é verdade que à mulher de César não basta sê-lo.

Será por isso que o Governo passou a viajar em económica?

Apagaram-se as luzes das ribaltas.

Quero ter a esperança de que os novos actores saberão encontrar a luz que nos ilumine num novo, diferente e melhor caminho.

Em nome do CDS é este o meu voto, nesta Assembleia, por Portugal.

Aires Patrício



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

27 DE JUNHO DE 2011

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, located in the top right corner of the page.

O que está feito está feito, dirão alguns. Até posso concordar, porém como membro responsável desta AM não posso deixar de trazer este assunto aqui e agora, particularmente, para que os mesmos erros se não cometam no futuro.

É que, quer queiramos quer não, enquanto eleitos, ficaremos a associados ao que de positivo (talvez) mas sobretudo ao que de negativo se fizer. É nossa obrigação estar atentos chamar a atenção e tentar inverter percursos errados. A inactividade aqui pode ser confundida com complacência.

É preciso que este caso, bem como, por exemplo, o da praça, se não repitam. Nesse caso conseguiu-se uma solução arquitectónicamente eficaz, mas social e economicamente ineficiente. E aqui novamente se tivesse havido uma verdadeira discussão pública em que a par da arquitectura, fossem chamadas à discussão e aos pareceres, disciplinas como a sociologia e a economia e desenvolvimento local e rural, talvez se tivessem evitado contrasensos que bem conhecemos.

Já em tempos sugeri algo que é muito fácil de concretizar agora que dispomos dos meios de comunicação e informação que dispomos. Quando um assunto, da importância dos que referi for discutido publicamente, deveria haver um meio de comunicação privilegiado com os membros desta Assembleia. Assim, a Câmara cumpriria uma boa parte da sua obrigação de promover uma discussão participada e os membros desta Assembleia não teria qualquer desculpa para desculpabilizarem.


É claro que, enquanto membro da AM, me agrada receber os convites e informações e sobre actividades de diverso tipo, e desejo continuar a recebê-los. Porém enquanto eleito com responsabilidade perante os eleitores fundanenses, preferiria ter acesso atempado a outra informação que me permitisse “cumprir com lealdade as funções que me” foram “confiadas”.

Pelo Grupo Municipal da CDU.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

27 DE JUNHO DE 2011

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Silva', is located in the top right corner of the page.

É esta que me traz aqui hoje. Em primeiro lugar porque se nota. Isto é, nota-se há demasiado tempo. E nota-se nos transtornos que causa aos habitantes da cidade. O cidadão lá vai suportando os incómodos na perspectiva de melhores dias. Só que esses dias tardam demasiado em chegar. Quando é que terminam as obras; e quem é que se responsabiliza pelos incómodos e prejuízos desproporcionados.

Em segundo lugar também porque se nota. Isto é, começam a notar-se algumas obras já concluídas. Se quanto a algumas delas não tenho qualquer reparo a fazer, bem pelo contrário, outras parecem-me de impacto visual e estético, e de utilização prática, algo problemática. Estou falar das passagens pedonais.

Não sei se haveria soluções alternativas que, cumprindo os memos objectivos, resolvessem os mesmos problemas sem os impactos negativos referidos. Isto é, não sei, nem tive oportunidade de, em devido tempo, me debruçar sobre esta questão.

Quero eu dizer, sobre esta e outras questões que agora se me colocam. A obra é de fundo, pode mudar a imagem e a geografia do Fundão. O centro de gravidade pode começar a deslocar-se. Hoje estamos em crise, mas amanhã podem começar a surgir novos focos de especulação imobiliária à volta das novas vias de comunicação. As obras que permitem o acabar com os atravessamentos da linha poderiam e deveriam ser aproveitados para que a linha de caminho de ferro deixasse de ser uma barreira. Devo confessar que hoje tenho algumas dúvidas quanto ao cumprimento deste objectivo. E repare-se, a CDU já havia proposto soluções alternativas que resolveriam este problema. Seriam caras? Não sei. Seriam exequíveis em colaboração com a REFER? Não sei.

Qual é o ponto? Parece que houve uma discussão pública! Terá havido. Mas seguindo uma solução burocratizada que minimiza a real participação dos cidadãos.

Pelo que expus, esta obra tem consequências para o futuro da Cidade que exigiam outro tipo de discussão bem mais participada e envolvente. E nomeadamente com os eleitos neste órgão deliberativo. É da lei? Provavelmente não. Mas a gestão municipal não pode, na relação com a Assembleia, guiar-se apenas pelo cumprimento da Lei. Em assuntos como este deve ser ela a promover o envolvimento e a participação de todos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

27 DE JUNHO DE 2011

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luis', written in a cursive style.

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhoras e Senhores

A crise global, nacional, é agora bem concelhia, nossa, do Fundão. E esta reunião da AM com a sua “não ordem de trabalhos” é bem sintomática dessa crise. Não há nada para discutir, já nem um empréstimosinho é proposto. Lá se vai a nossa teoria de um empréstimo por reunião da AM.

Agora a sério. De facto, esta situação é reveladora da falta de dinâmica, da falta de rasgo e resignação face ao momento que atravessamos. Quando o que a situação exigia era exactamente o contrário.

Mas não só, esta situação é também a marca de minorização, eu diria mesmo, de falta de respeito, com que a Câmara trata esta Assembleia. Se não vejamos. A Câmara não conhece a Lei? Não sabe que em Junho tem de haver, por mandato da Lei, uma reunião da Assembleia? Por que não faz a programação das suas actividades de forma a que os assuntos que devem, e os que podem, vir à Assembleia venham de forma regular ao longo do ano. É que assim, meus amigos, a imagem que fica é esta. Que chatice! Há uma séria de assuntos que têm de passar pela Assembleia, então vão todos de uma vez para que não tenham tempo sequer de os ler quanto mais de os estudar. Para outras, não vai nada para que se sintam uns inúteis. Estou a exagerar? Estarei. Mas garanto-vos que é essa a sensação. E tenho receio que seja também essa um pouco da realidade.

Vejamos. É que há actuações que confirmam isto que acabo de dizer.

É certo que a actividade do município não se reduz a obras. Mas o que é facto é que as obras andam bastante reduzidas. A de nota, e que se nota, é a que está a ser feita em colaboração com a REFER.

#123456789
A
MESA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
FUNDÃO

20/11/2027

MANEJO AS MÍTIAS
PROPOSTAS PARA VOTAÇÃO
DE FORMA LEGAL, POIS
EM QUALQUER MOMENTO
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ATÉ
AO SEU TÉRMINO, OS MEMBROS
DA ASSEMBLEIA AS PODEM PROPOSTAR
À MESA.

RECORDO QUE A TRANSMISSÃO ONLINE
PRECISA DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA.
RECOMENDA-SE DEPOIS QUE A
CÂMARA MUNICIPAL UTILIZE OS MEIOS
QUE DETÉM, NESSE SENTIDO.

Am. Manuel António
" PSD "

Pa-Fanta

Fi
Qu

Pa-1 per auto-...
a ...
Pa-1 per auto-...
a ...
Pa-1 per auto-...
a ...
Pa-1 per auto-...
a ...
Pa-1 per auto-...
a ...
Pa-1 per auto-...
a ...

a ...

Pa-1 per auto-...
(PSS)

7011/4/6/77

>

>

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

27 DE JUNHO DE 2011

GRUPO MUNICIPAL DA CDU



Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhoras e Senhores

A crise global, nacional, é agora bem concelhia, nossa, do Fundão. E esta reunião da AM com a sua “não ordem de trabalhos” é bem sintomática dessa crise. Não há nada para discutir, já nem um empréstimosinho é proposto. Lá se vai a nossa teoria de um empréstimo por reunião da AM.

Agora a sério. De facto, esta situação é reveladora da falta de dinâmica, da falta de rasgo e resignação face ao momento que atravessamos. Quando o que a situação exigia era exactamente o contrário.

Mas não só, esta situação é também a marca de minorização, eu diria mesmo, de falta de respeito, com que a Câmara trata esta Assembleia. Se não vejamos. A Câmara não conhece a Lei? Não sabe que em Junho tem de haver, por mandato da Lei, uma reunião da Assembleia? Por que não faz a programação das suas actividades de forma a que os assuntos que devem, e os que podem, vir à Assembleia venham de forma regular ao longo do ano. É que assim, meus amigos, a imagem que fica é esta. Que chatice! Há uma séria de assuntos que têm de passar pela Assembleia, então vão todos de uma vez para que não tenham tempo sequer de os ler quanto mais de os estudar. Para outras, não vai nada para que se sintam uns inúteis. Estou a exagerar? Estarei. Mas garanto-vos que é essa a sensação. E tenho receio que seja também essa um pouco da realidade.

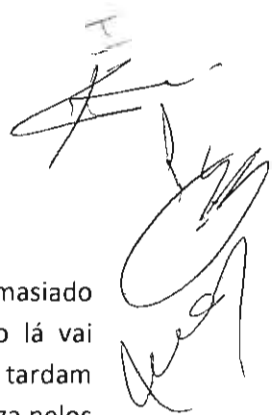
Vejamos. É que há actuações que confirmam isto que acabo de dizer.

É certo que a actividade do município não se reduz a obras. Mas o que é facto é que as obras andam bastante reduzidas. A de nota, e que se nota, é a que está a ser feita em colaboração com a REFER.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

27 DE JUNHO DE 2011

GRUPO MUNICIPAL DA CDU



É esta que me traz aqui hoje. Em primeiro lugar porque se nota. Isto é, nota-se há demasiado tempo. E nota-se nos transtornos que causa aos habitantes da cidade. O cidadão lá vai suportando os incómodos na perspectiva de melhores dias. Só que esses dias tardam demasiado em chegar. Quando é que terminam as obras; e quem é que se responsabiliza pelos incómodos e prejuízos desproporcionados.

Em segundo lugar também porque se nota. Isto é, começam a notar-se algumas obras já concluídas. Se quanto a algumas delas não tenho qualquer reparo a fazer, bem pelo contrário, outras parecem-me de impacto visual e estético, e de utilização prática, algo problemática. Estou falar das passagens pedonais.

Não sei se haveria soluções alternativas que, cumprindo os mesmos objectivos, resolvessem os mesmos problemas sem os impactos negativos referidos. Isto é, não sei, nem tive oportunidade de, em devido tempo, me debruçar sobre esta questão.

Quero eu dizer, sobre esta e outras questões que agora se me colocam. A obra é de fundo, pode mudar a imagem e a geografia do Fundão. O centro de gravidade pode começar a deslocar-se. Hoje estamos em crise, mas amanhã podem começar a surgir novos focos de especulação imobiliária à volta das novas vias de comunicação. As obras que permitem o acabar com os atravessamentos da linha poderiam e deveriam ser aproveitados para que a linha de caminho de ferro deixasse de ser uma barreira. Devo confessar que hoje tenho algumas dúvidas quanto ao cumprimento deste objectivo. E repare-se, a CDU já havia proposto soluções alternativas que resolveriam este problema. Seriam caras? Não sei. Seriam exequíveis em colaboração com a REFER? Não sei.

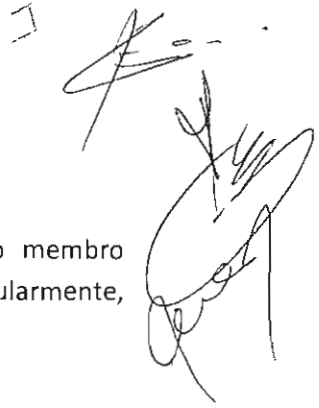
Qual é o ponto? Parece que houve uma discussão pública! Terá havido. Mas seguindo uma solução burocratizada que minimiza a real participação dos cidadãos.

Pelo que expus, esta obra tem consequências para o futuro da Cidade que exigiam outro tipo de discussão bem mais participada e envolvente. E nomeadamente com os eleitos neste órgão deliberativo. É da lei? Provavelmente não. Mas a gestão municipal não pode, na relação com a Assembleia, guiar-se apenas pelo cumprimento da Lei. Em assuntos como este deve ser ela a promover o envolvimento e a participação de todos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

27 DE JUNHO DE 2011

GRUPO MUNICIPAL DA CDU



O que está feito está feito, dirão alguns. Até posso concordar, porém como membro responsável desta AM não posso deixar de trazer este assunto aqui e agora, particularmente, para que os mesmos erros se não cometam no futuro.

É que, quer queiramos quer não, enquanto eleitos, ficaremos a associados ao que de positivo (talvez) mas sobretudo ao que de negativo se fizer. É nossa obrigação estar atentos chamar a atenção e tentar inverter percursos errados. A inactividade aqui pode ser confundida com complacência.

É preciso que este caso, bem como, por exemplo, o da praça, se não repitam. Nesse caso conseguiu-se uma solução arquitectónicamente eficaz, mas social e economicamente ineficiente. E aqui novamente se tivesse havido uma verdadeira discussão pública em que a par da arquitectura, fossem chamadas à discussão e aos pareceres, disciplinas como a sociologia e a economia e desenvolvimento local e rural, talvez se tivessem evitado contrasensos que bem conhecemos.

Já em tempos sugeri algo que é muito fácil de concretizar agora que dispomos dos meios de comunicação e informação que dispomos. Quando um assunto, da importância dos que referi for discutido publicamente, deveria haver um meio de comunicação privilegiado com os membros desta Assembleia. Assim, a Câmara cumpriria uma boa parte da sua obrigação de promover uma discussão participada e os membros desta Assembleia não teria qualquer desculpa para desculpabilizarem.

É claro que, enquanto membro da AM, me agrada receber os convites e informações e sobre actividades de diverso tipo, e desejo continuar a recebê-los. Porém enquanto eleito com responsabilidade perante os eleitores fundanenses, preferiria ter acesso atempado a outra informação que me permitisse “cumprir com lealdade as funções que me” foram “confiadas”.

Pelo Grupo Municipal da CDU.

